

Sistema unificado de saúde e amparo previdenciário para todos

O capítulo da Seguridade Social, segundo a opinião de muitos parlamentares, será um conjunto de dispositivos que deverá incorporar ao texto constitucional importantes avanços para o futuro da saúde, da assistência social e previdência no País. O sistema único de saúde foi elogiado pelos constituintes Inocêncio Oliveira e Eduardo Jorge, por exemplo, que são representantes de legendas tão diferentes como o PFL e o PT.

Este relativo consenso parece se ampliar quando se fala em previdência e mais especialmente na situação dos aposentados brasileiros. Neste sentido a Carta não apenas beneficiará os futuros aposentados, que deverão receber proventos mais justos, como uma recompensa pelo longo período de suas vidas que dedicaram a uma atividade, mas igualmente os atuais aposentados — mediante dispositivo específico nas Disposições Transitórias — deverão ser beneficiados com uma revisão ampla de seus proventos, com uma retomada do valor real com referência ao número de salários mínimos que recebiam. Hoje assustam estatísticas como as reveladas pelo constituinte Jorge Uequeid que mostram uma queda de mais de 50% no valor dos proventos, com respeito ao número de salários mínimos, para aposentadorias relativamente recentes como as concedidas em 1979. O parlamentar adverte que para as aposentadorias anteriores os valores são ainda mais irrisórios.

A própria gestão da Previdência Social foi destacada por muitos parlamentares, como passo fundamental para um aproveitamento nos recursos em prol da população e não com desvios para atividades políticas, como registrou o constituinte Arnaldo Faria de Sá. Esta democratização implicará responsabilidade de toda a sociedade para o bom andamento da instituição.

O constituinte Inocêncio Oliveira (PFL — PE) é um dos líderes de seu partido na Assembléia Nacional e considerou como ponto-chave para que os trabalhos constitucionais propiciassem um dos melhores textos da nova Carta a negociação realizada em torno do capítulo referente à seguridade social (onde estão as seções Saúde, Assistência Social e Previdência Social). “Procuramos harmonizar neste texto — disse o parlamentar —, atender todos os segmentos sociais envolvidos, de modo a defender o interesse maior, que é o do povo brasileiro.”

ESTRANGEIRAS, NÃO

Uma das inúmeras conquistas relacionadas por Inocêncio Oliveira foi igualmente a proibição de empresas estrangeiras atuarem na área de saúde. “Isto não quer dizer que as que estão no país deverão deixá-lo. Acredito que na legislação ordinária será garantido espaço às que já estão atuando no país; contudo, não haverá novas empresas atuando neste setor”.

Outro ponto positivo destacado pelo parlamentar pernambucano foi a definição do princípio de uma política nacional para o setor de medicamentos e de insumos para o setor de saúde. De acordo com o constituinte do PFL, essa política tem como objetivo propiciar a longo prazo uma relativa auto-suficiência do país com relação à produção de medicamentos, bem como de matéria-prima nacional, reduzindo, progressivamente, a forte dependência de insumos importados. Além disso, Inocêncio Oliveira considerou positivo os termos em que foram definidos os dispositivos relativos ao transplante de órgãos no país.

O constituinte, entretanto, fez uma ressalva com relação à seção Saúde. Para o parlamentar, foi extremamente danosa a proibição da comercialização do sangue humano, bem como dos hemoderivados no território nacional. “Isto não quer dizer — explicou o constituinte — que eu esteja defendendo que se deva vender o sangue, contudo não se pode procurar ampliar essa proibição para a coleta e aplicação, por exemplo, uma vez que esses dois procedimentos não apenas necessitam de equipamento adequado, mas igualmente de pessoal especializado, que precisa ter a sua atividade remunerada.” Além disso, Inocêncio lembrou que o Brasil não fabrica ainda hemoderivados suficientes e que, com a restrição à importação desse material, o texto poderá criar um colapso na distribuição e comercialização desses produtos. E mais, o próprio ministro da Saúde considerou que a atuação dos he-mocentros no país ainda é muito restrita dado o reduzido número deles no território nacional, afirmou Inocêncio Oliveira, lembrando ainda que o mesmo ministro disse que precisaria de pelo menos cinco anos para montar a estrutura necessária ao atendimento das exigências constitucionais. “O Brasil somente poderá proibir a importação quando produzir.”

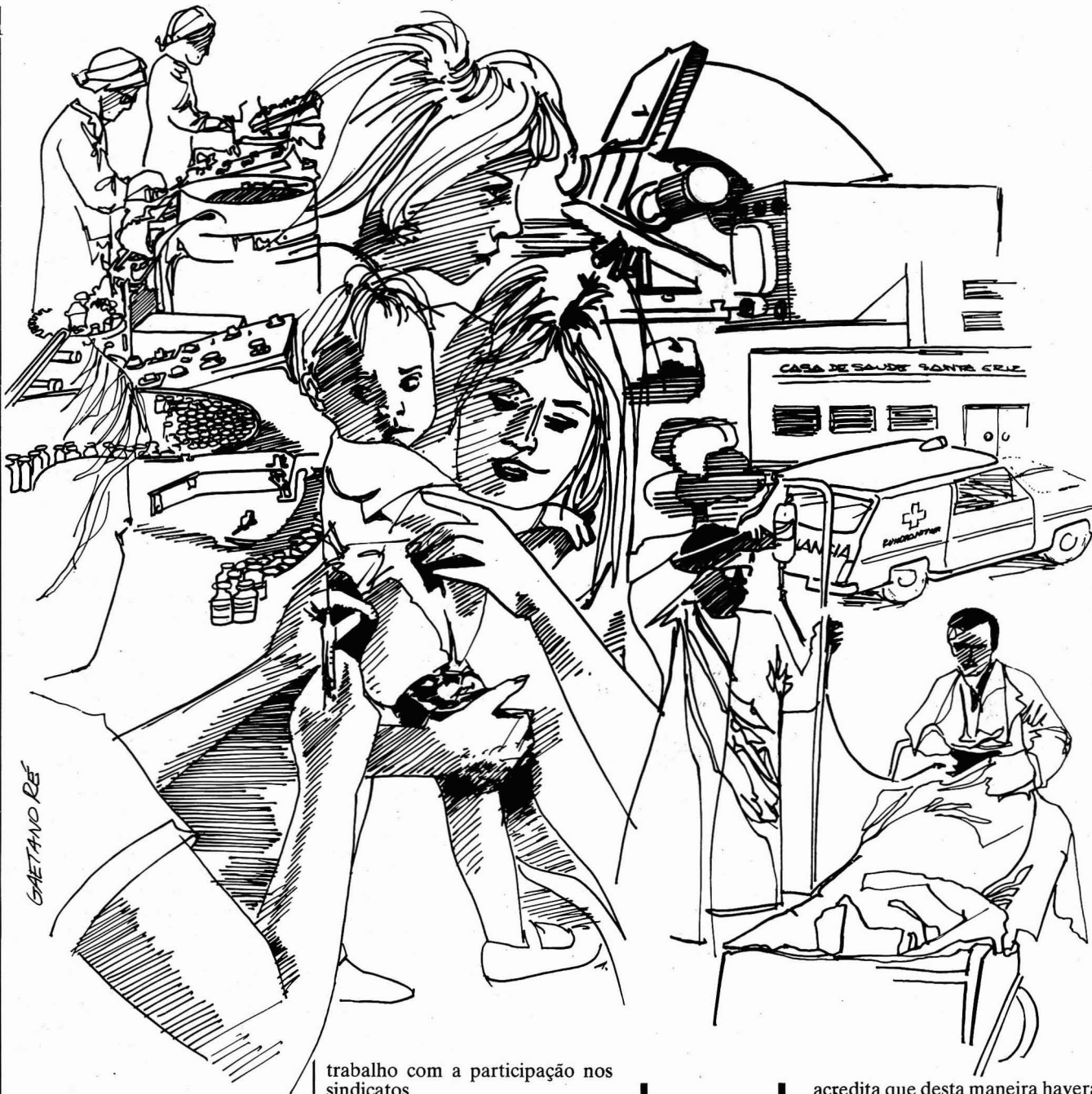
APOSENTADORIA

O parlamentar ressaltou igual-

mente a determinação do valor da aposentadoria não mais pela média dos 24 últimos salários, mas sim das últimas 36 remunerações, atendendo a uma antiga reivindicação dos aposentados. Do mesmo modo, outro ponto positivo apontado pelo constituinte foi a aposentadoria proporcional para as mulheres aos 25 anos e para os homens aos 30 anos. Isto sem considerar o período de trabalho efetivo do homem do campo em cinco anos dada a rude tarefa que exerce, e finalmente, a extensão dos benefícios da Previdência Social que hoje são privativos do contribuinte urbano para o trabalhador rural. Sem esquecer, disse Inocêncio Oliveira, da atribuição de um salário mínimo para os deficientes físicos mensalmente.

O constituinte Eduardo Jorge (PT — SP) procurou traçar um panorama das medidas que o seu partido considerou importantes para o futuro da seguridade social no país. “Destacaria, inicialmente, o sistema de seguridade abrangendo previdência social, saúde e assistência social — com cobertura a toda a população e baseando-se em três princípios: a universalidade; a democratização da gestão administrativa com a participação de diversos setores da sociedade; e irredutibilidade (manutenção do valor real) que terá base constitucional para combater arrochos, como, por exemplo, o dos aposentados nos últimos anos.”

Eduardo Jorge considerou também que a Constituinte, aprovou normas fundamentais para o funcionamento do sistema. O parlamentar paulista destacou o reconhecimento de que a contribuição se dá não apenas de forma direta, mas ainda de forma indireta. “Não podemos nos esquecer de que enquanto o trabalhador paga de forma direta, o empresário repassa no preço de seus produtos a cota de contribuição para a seguridade social, o que torna todo brasileiro um contribuinte.” Em segundo lugar, Eduardo Jorge lembrou o dispositivo que permitirá não só que a contribuição se dê sobre a taxa-renda da folha de salário, mas da mesma maneira, via faturamento e o lucro das empresas. “Assim com estes critérios associados procura-se evitar que empresas com muita automação e poucos funcionários paguem menos imposto apesar de lucrar mais.” Eduardo Jorge acredita também que este dispositivo manterá a Previdência com recursos mesmo nos períodos de crise em que aumenta o desemprego.



CONTROLE MELHOR

Quando ao próprio sistema único de saúde, Eduardo Jorge destacou como vantagens a possibilidade de orientação da mão-de-obra a nível nacional, de controle da produção de medicamentos e equipamentos para o setor, bem como da coleta de sangue e de hemoderivados e, por fim, a execução de ações de saúde do trabalho. Este último ponto Eduardo Jorge fez questão de destacar para lembrar que isso permitirá a criação de sistema de combate às doenças profissionais e nos acidentes do

trabalho com a participação nos sindicatos.

O constituinte Jorge Uequeid (PMDB — RS) considerou inicialmente a democratização da gestão da Previdência como um ponto a ser ressaltado. Segundo o parlamentar gaúcho, isto significará que a participação na administração da instituição estará a cargo tanto do governo, como dos trabalhadores, empresários e da própria comunidade. Esta medida Jorge Uequeid considerou da mais alta relevância pelas implicações que terá no futuro. Entre as principais, eles destacou a garantia de que os recursos da Previdência não serão utilizados com fins político-eleitorais. Além disso, ele

Assegurar a saúde é um dever do Estado. A Carta também garante a proteção à criança, ao adolescente e ao idoso. Aposentados têm ganhos

acredita que desta maneira haverá uma maior fiscalização da arrecadação do órgão. Assim igualmente, o governo não será o único gestor da Previdência e não poderá mais estabelecer critérios administrativos e objetivos na qualidade de única instância decisória, mas terá que submeter seu projeto a uma gama maior de indivíduos, investidos como representantes de outros setores da sociedade. Jorge Uequeid salientou também a diversificação das fontes de custeio do sistema previdenciário. “A manutenção do sistema não se fará somente através da contribuição compulsória dos trabalhadores, mas além da folha de salários,

a seguridade terá recursos oriundos do faturamento e do lucro das empresas, isto sem contar com a definição — prevista na nova Constituição — de percentuais do orçamento das três esferas de poder (União, Estados e Municípios).” Jorge Uequeid disse que também não se pode ignorar a contribuição que a Previdência receberá de uma maior participação percentual nos concursos de prognósticos e acrescentou: “Hoje só o trabalhador mantém, obrigatoriamente, o sistema previdenciário, pois outros setores praticam a sonegação e que acabam revelando a triste realidade de que, quem sonega é sempre beneficiado, no caso da Previdência.”

Quanto à parte relativa à previdência social, ainda, Jorge Uequeid considerou, como muitos parlamentares, um ganho relevante a nova forma de cálculo para os proventos da aposentadoria, apresentando um dado concreto significativo: “O cálculo baseado nos últimos 36 meses, na média corrigida monetariamente e não pela tabela trimestral da previdência representará para o trabalhador que irá se aposentar após a promulgação da nova Constituição um ganho que está na casa dos 30%.”

Já o constituinte Farabulini Júnior (PTB — SP) procurou centrar seus pontos de vista na questão que considerou fundamental no capítulo da Seguridade Social, que é exatamente a parcela nos dispositivos que tratam dos aposentados e os seus benefícios. O Parlamentar paulista considerou, inclusive, como principal ponto neste particular, a conquista, pelos futuros aposentados, de uma base de cálculo que considerou mais realista e justa, qual seja a de considerar a média de 36 últimos salários que serviriam como referência para o benefício depois de corrigidos monetariamente mês a mês, fato que anularia eventuais perdas no período.

Farabulini Júnior salientou igualmente que pelos dispositivos aprovados, os aposentados não serão afastados da participação em suas respectivas categorias profissionais. Pelo resultado da votação em Plenário ficou assegurado que o direito ao aposentado não somente de votar, mas também de ser votado, ressaltou o Parlamentar do PTB. “Desta forma, os aposentados sentar-se-ão à mesa junto com os trabalhadores da ativa, bem como com empresários, de modo a promover a fiscalização e controle externos, na forma de colegiado, das atividades da Previdência Social.”

PROPORCIONALIDADE

Outros pontos, de acordo com Farabulini Júnior, não podem ser menosprezados no corpo do trabalho realizado pela Assembléia Nacional Constituinte. O Parlamentar paulista destacou a conquista da proporcionalidade para a mulher, que pode agora aposentar-se aos 25 anos. A proporcionalidade (aposentadoria aos 30 anos) para o homem, segundo ele, era uma conquista antiga, mas foi preservada. Outra vantagem importante. “Ninguém recebe menos que um salário mínimo como benefício — frisou Farabulini Júnior —, além de termos garantido uma vida digna aos dependentes e às viúvas, pois asseguramos que eles receberão o mesmo tanto que o contribuinte falecido.” E mesmo nas Disposições Transitórias Farabulini Júnior considera que poderá haver um substancial ganho para os atuais aposentados, na medida em que já se fez um acordo que permitirá introduzir no texto a revisão dos benefícios hoje recebidos por essa categoria. Farabulini, entretanto, ainda não se mostrou satisfeito com o estabelecido pelo acordo e apresentará proposta de redução de dois para um ano do prazo para cálculo e pagamento dos benefícios já com as correções efetuadas.

O Constituinte Arnaldo Faria de Sá (PMB — SP) também concordou que uma das grandes conquistas no capítulo referente à Seguridade Social será a recomposição do poder aquisitivo do aposentado pela modificação da base de cálculo, introduzindo a correção monetária dos 36 últimos salários de modo a obter uma média mais realista para os proventos. “A maior preocupação que eu tinha era exatamente com aqueles que se aposentam por idade, quando, em geral, o ano final é o pior, pois ele trabalha quase como se fosse de favor. Desta forma, não poderia concordar com a utilização somente no último ano como base de cálculo para a aposentadoria.”

PENSÕES

Outro ponto fundamental, na opinião de Arnaldo Faria de Sá, foi a modificação observada no pagamento de pensão. Os pensionistas atualmente recebem 50% no benefício do trabalhador falecido com um aumento de 10% por cada dependente. “Como o trabalhador falecido recebia quase nada, a viúva, por exemplo, recebia apenas a metade de quase nada.” A partir da promulgação da nova Carta, o benefício será no valor

do salário integral, sem reduções. Além disso, o benefício que antes era privilégio apenas das mulheres foi estendido aos homens.

Quanto à questão dos recursos, Arnaldo Faria de Sá se mostra radical e irredutível: “Não interessa aos aposentados e pensionistas se a Previdência terá ou não condições de arcar com o pagamento dos benefícios. O governo que promova a cobrança de quem deve à Previdência e não promova anistias fiscais sobre os débitos previdenciários como ocorre hoje.” Arnaldo Faria de Sá lembrou que estados e municípios devem à Previdência atualmente um valor que gira na casa dos 47 bilhões de cruzados. “Não podemos nos esquecer também que os recursos sempre faltam para sistema previdenciário, mas não para o uso político. Na última administração da Previdência, por exemplo, foram adquiridos, sem concorrência, mais de 300 apartamentos em Brasília e com dinheiro público. Isto sem contar os mais de 500 veículos adquiridos de forma irregular, a aquisição de prédio na praia de Botafogo, quando a Previdência se prepara para vir em definitivo para o Distrito Federal, além do prédio da Previdência em Botafogo”. E concluiu: “A Previdência tem que tirar o aposentado e o pensionista desta situação de penúria a que estão estes indivíduos condenados.”

VALOR DO IDOSO

Arnaldo Faria de Sá considera ainda que na sociedade brasileira falta uma maior consciência do valor do idoso. “É preciso que os jovens de hoje se lembrem que serão os idosos de amanhã e que por isso mesmo deve haver respeito e consideração pelo cidadão idoso. A situação, na opinião do parlamentar paulista, é grave também porque os próprios aposentados, por exemplo, ao invés de virem pressionar em grande número para que fossem consignadas conquistas para a categoria, “somente poucos e sempre os mesmos é que se empenham nas lutas do aposentado”. Arnaldo Faria de Sá afirmou inclusive que os próprios sindicatos e as centrais mostraram pouco interesse por esta questão.

O Constituinte Gerson Peres (PDS — PA) concordou com muitos parlamentares ao apontar os pontos que considerou como principais avanços dentro do capítulo da Seguridade Social. Entretanto, o deputado paraense considerou alguns outros aspectos que citou como essenciais. Entre eles estaria não somente a revalorização dos

benefícios pagos aos aposentados e pensionistas, mas principalmente o dispositivo que estabelece que o aposentado receberá o mesmo reajuste em seus benefícios que os trabalhadores da ativa receberem em seus salários.

O Constituinte Gerson Peres conhece de perto a situação de quem se aposenta e vai assistindo lentamente o processo de degradação de seus benefícios. Ele lembrou a situação de seu pai, que aos 60 anos, depois de ter contribuído durante toda uma vida, recebia somente 2 mil e 500 cruzeiros mensais. “Quanto mais tempo o trabalhador passa na condição de aposentado, maior é a defasagem com relação aos proventos que recebia na ativa, e mais miserável se torna a sua condição”. Dessa forma, de acordo com o parlamentar, tornava-se imprescindível reverter essa situação, aprovando o dispositivo que garantia reajustes proporcionais aos trabalhadores que estão em efetivo exercício de sua profissão.

Gerson Peres definiu ainda como conquistas no setor de seguridade social, em primeiro lugar a universalidade — benefícios a todos os brasileiros e não somente aos contribuintes — bem como a assistência social que dará apoio aos deficientes físicos e aos idosos. Em segundo lugar, o parlamentar paraense destacou também a modificação na base de cálculo dos proventos dos aposentados, com a utilização dos 36 últimos meses. Gerson Peres lembrou que existiam emendas que propunham um número menor de meses para o benefício, mas o deputado considerou que todas essas proposições iriam prejudicar de maneira mais evidente os benefícios daqueles que ganham salários menores. “Com esse dispositivo que estabelece como base de cálculo os últimos 36 meses, serão favorecidos os brasileiros que recebem salários menores, o que significa a maior parte do universo dos beneficiários da Previdência Social no País.”

Além disso, Gerson Peres destacou a proposição que garante o que ele qualificou de seguro paralelo. Esta medida, segundo explicação do constituinte paraense, permite não somente que o contribuinte faça o seu recolhimento para a Previdência Social, mas igualmente abre a possibilidade, se o trabalhador assim desejar, de outras formas de planos de seguridade, mas já no âmbito da iniciativa privada.

Humberto Martins